



PARA ALÉM DA ESCOLA DEMOCRÁTICA: PERCEPÇÕES SOBRE O DESEJO CÍVICO-MILITAR NO BRASIL

Bruno Sobral Barrozo
brunosobralbarrozo@gmail.com¹

Resumo

Este trabalho tem por objetivo geral discutir a escola em suas atribuições democráticas para com o sistema de ensino e as comunidades presentes. Tendo como base o contexto cívico-militar amparados pelo Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares – PECIM, que buscamos fazer uma reflexão acerca da escola como espaço democrático pós redemocratização, levando em conta os saberes e desejos ali presentes e manifestados, dando voz as comunidades que de modo democrático optam por receber o modelo militar na escola a partir 2019. A metodologia vai de encontro de uma pesquisa qualitativa, cuja os resultados parciais foram obtidos a partir do trabalho de conclusão de curso da Universidade Federal de Roraima – UFRR. Consideramos que as escolas nunca estiveram tão expostas aos grupos, cuja influência permeiam nos projetos e programas alicerçado nas tradições militares, embora que com o contexto da militarização reverbere um desejo platônico sobre as comunidades, que o mesmo propõe um debate que vai além das ações ali estabelecidas, eis uma democracia reversa? ou a redemocratização que se opõem, alimentado discursos que muitas das vezes desvinculam-se do ato de ensinar democrático.

Palavras-chave: Escola Democrática, Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares.

Introdução

Antes de tudo, devemos re/pensar o que é democracia? No sentido etimológico da palavra segundo ROSENFELD (2017), significa “governo do povo”, e/ou “o governo da maioria”. Deste modo pensar a democracia não define necessariamente aqueles que lutam a favor dela ou mesmo que trabalham por viés dela. No campo educacional por sua vez, a democracia envolverá o aluno que se encontra em sala de aula e/ou fora dela, os professores, a gestão escolar, a secretaria, o assistente de aluno, a merendeira, o porteiro assim como os pais e/ou responsáveis como toda uma sociedade que compõe a comunidade escolar, ambos esses sujeitos compõem o que acreditamos serem a democracia nos espaços escolares.

Levando em consideração a se fazer a democracia nos espaços escolares, cabe a nós questionarmos que papel representa a redemocratização? Qual sua importância para os indivíduos acima externado? Ou seja, a comunidade escolar interna e externa. Para este estudo, a

¹ Graduado em Geografia pela Universidade Federal de Roraima – UFRR. Este trabalho é produto de pesquisa de TCC sobre a espacialização das escolas militarizadas de Roraima e tem como foco nesta etapa discutir a democratização nos espaços escolares a partir do PECIM.



metodologia parte de uma pesquisa qualitativa, sendo continuação de uma pesquisa sobre a militarização das escolas de Roraima. Deste modo, parte desde estudo está fundamentado nos escritos de Libâneo (2001), Ball (2011) e Rosenfield (2017). Os autores discutem acerca da escola, desde sua importância para as comunidades, ao papel da democracia nas ações e decisões que ali serão tomadas.

Portanto, a partir dos projetos e programas presentes no sistema de ensino no Brasil, o Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares (PECIM) tem ganhado força sobre instituições públicas espalhadas pelo país, onde sua instalação se dá por meio da adesão propiciada a partir da ação democrática para a implementação do modelo sobre as escolas.

É preciso redemocratizar para democratizar um sistema de ensino?

De fato, pensar a redemocratização é ressignificar o que possivelmente não fez valer aquilo que o “governo do povo” ou mesmo o “governo da maioria” democraticamente se estendeu a dispor. Na escola por sua vez, Guimarães (2017) destaca que, a escola pública no Brasil,

[...] desde sua redemocratização tinha como compromisso refletir as inovações impenetradas no seu ideal de nação com o surgimento de novas tecnologias, deste modo surge da necessidade de expandir economicamente, de construir uma sociedade com características a partir de modelos internacionais. (GUIMARÃES, 2017).

Na mesma linha, as reflexões foram construídas a partir da década de 1980, onde uma educação para todos assim, diga-se de passagem, foi pautada com o interesse de formar seres humanos capazes de operarem as novas tecnologias Guimarães (2017). Sendo assim, pensar a escola pública hoje na contemporaneidade é repensar sua trajetória no contexto brasileiro, assim como identificar que educação estar sendo construída e para quais grupos, comunidades estão sendo destinadas, fim de ressignificar sua democratização para com toda a população em que foi fortemente marginalizada por ações que compõem todo um território.

No ano de 2021 faz exatamente 36 anos do fim de uma ditadura militar no Brasil, e os reflexos do sistema militar se debruça em 18 escolas públicas de Roraima, assim como o modelo se estende por várias escolas em diferentes estados da federação.

Porém, com o advento das escolas militarizadas no Brasil, sobretudo no estado de Roraima, a concepção de uma escola nova se opõe ao que poderia se considerar democrática ou poderíamos considerar um ato de exclusão frente a uma educação abertamente democrática em sua teoria.

Deste modo, quando mais se falou em democracia no interior da escola, menos democrática foi a escola, e, quando menos se falou em democracia, mais a escola esteve articulada com a construção de uma ordem democrática, SAVIANI (2018 p. 39).

O mapa abaixo, destaca a espacialização dos estados brasileiros que aderiram ao projeto em que teve início a partir das diretrizes criadas pelos próprios estados, concebendo as escolas militarizarias. Por sua vez, com a criação do modelo pelos estados da federação, o Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares - PECIM teve grande reconhecimento e interesse pelos demais estados que já possuíam as escolas militarizadas e agora apoiadas pelo então programa.

Mapa 01: Estados pré-selecionados para o Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados obtidos através do Ministério da Educação. 2021.

Frente a essas ações que consideramos democráticas, identificamos um considerável desejo pelo que o programa pode representar nas escolas, uma vez que, o Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares (PECIM) baseiam-se na disciplina e hierarquia de escolas do exército e da polícia militar.

Deste modo torna-se importante contextualizar a gestão democrática, sejam elas nas esferas do governo, onde a democracia em sua definição garante ao povo os seus atos políticos,



sobretudo educacionais e mais do que tudo onde as ações da militarização da escola pública se reluzem, e ao mesmo tempo a gestão escolar cuja sua frente democrática é respaldada nos interesses de toda a uma comunidade escolar, que se demonstra frente as políticas públicas educacionais na contemporaneidade.

Contudo, a democratização da escola, não deve ser só entendida como efetivada, afim da expansão de oportunidades educacionais, mas vale ressaltar que tais oportunidades devem ser democraticamente esclarecidas e decididas, assim como a difusão dos conhecimentos a reelaboração crítica, aprimoramento da prática educativa escolar, bem como contribuindo, ao mesmo tempo para responder as necessidades de toda uma comunidade escola em sua origem LIBÂNEO, (2001).

Todavia, a militarização das escolas públicas de Roraima surgiu através do decreto governamental no ano de 2017, cuja o mesmo se dispôs a militarizar escolas localizadas em zonas descentralizadas na cidade Boa vista/RR, assim como os demais municípios do Estado de Roraima. Dentre o sistema que se debruçou por todo o território brasileiro, sobretudo nas escolas, o “novo conceito educacional”, diga-se assim, de passagem, que por ser considerado novo, carrega consigo não somente pilares que durante a ditadura militar se estabeleceram, mas, sobretudo em seus reflexos que carregam consigo resquícios de um aporte metodológico de como eram feitas as escolas, e como o ensino era internalizado nesses espaços, sobretudo nos alunos.

Para tanto, quando falamos em redemocratizar no contexto atual em que a política educacional se aciona, vemos o quão preocupante e necessário é repensar este conceito educacional vigente. De fato, a política de militarização por si só se fortaleceu, com seus resultados rápidos no âmbito educacional, sobretudo quando entrelaçados a disciplina e a hierarquia militar.

Uma vez que os discentes que estão matriculados nas respectivas escolas militarizadas, os mesmos não devem se opor a conduta que rege não somente a escola e suas atribuições educacionais, mas a escola como um todo, e sua reverberação em seu entorno. Surge, portanto, a escola como um poder central, onde a imposição militar reluta para a disputa em um território que não só se estabeleceu com a expansão urbana, mas com as políticas públicas voltadas para os bairros em que estão localizadas as escolas militarizadas. Para pensar a espacialização das escolas militarizadas em um contexto de democratização, o conceito por si só etimologicamente não



garante ao povo aquilo o que realmente lhe foram atribuídos, surge, portanto, uma política de contenção social e educacional, em que a exclusão do que a centralidade certamente não dispõe.

Quanto a Geografia como um componente curricular nas escolas, desde seus estudos mais tradicionais, as análises socioespaciais na contemporaneidade, vai ressignificar o conceito território e lugar, assim como sua localização no mundo. As escolas por sua vez, destacarão partes de uma territorialidade em que desde seu advento tornou-se um espaço de luta e poder sobre toda uma nação. A partir do pensamento de MAGNOLI (1997) destaca-se que,

a nação, essa “comunidade imaginária”, é uma criação do nacionalismo, no sentido pleno. Ela se ergue sobre o chão da cultura: uma língua difundida pela palavra impressa, um mercado integrado e circunscrito no território, a crença num passado compartilhado e um sentimento de comum destino. A sua forja é a imaginação material, promovida pelo Estado: leis, moeda, sistema educacional, administração, recenseamento, cartografia. (MAGNOLI, 1997, p. 7).

A partir desse pressuposto, acreditamos que o nacionalismo brasileiro que foi fortemente enraizado a partir de ações voltadas para o militarismo, não só reflete o que foi atenuando sobre a sociedade brasileira, vale destacar que desde sua origem o nacionalismo é fruto de um arcabouço militar em que a disciplina e a hierarquia implantadas no cotidiano, fazem valer indiretamente a criação de uma comunidade imaginária, em que nossas palavras se ergueram sobre o Brasil de antes e o Brasil de hoje.

Os resultados se vêem nas escolas que foram militarizadas, sobretudo ao novo Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares – PECIM. Seria indiferente dizer que quanto as imposições estabelecidas nos espaços escolares não trazem resultado. Porém, em uma ótica em que a educação por si não a torna democrática, ela é falha quando se impõem ao compromisso com a educação.

A escola e seu papel na ressignificação de um ambiente que se diga democrático

De fato, sabemos o quanto a escola pública no Brasil tem sua função social emergente no contexto das populações que dependem dela. Quando levamos em consideração o bairro em que uma família reside, logo a escola tem seu papel de integração as demais famílias na promoção do conhecimento e acesso aos bens culturais que acreditamos serem movimentados no ambiente escolar.

Deste modo, quando vinculamos as escolas com o cotidiano dos moradores, ressurge o aglomerado de ideias e práticas educativas em prol de um bem comum, não se delimitando apenas



na passagem de conhecimentos. Assim, a escola pública reluta suas significações e desvincula suas atribuições da passagem do conhecimento, trazendo à tona seu real papel nas vidas de jovens e escolares. Todavia, no contexto histórico da educação no Brasil, visualizamos fortes ações e processos que estimularam o que poderíamos considerar ambientes democráticos em suas atribuições educativas.

Tendo em vista a gênese educacional no Brasil colonial, GHIRALDELLI (2003) destaca que, “o ensino no Império foi estruturado, então, em três níveis: primário, secundário e superior. O primário era a escola de ler e escrever, que ganhou um incentivo da corte e aumentou suas cadeiras consideravelmente” (P. 5). Na mesma linha, GHIRALDELLI destaca também que, o secundário se manteve dentro do esquema de aulas régias, mas recebeu várias novas cadeiras (disciplinas), principalmente em cidades de Pernambuco, Minas Gerais e, é claro, Rio de Janeiro.

Tendo em vista os níveis destacados por GhiraldeLLi (2003), que muito nos redireciona para os ciclos² educacionais, cabe a nós questionar, quais suas atribuições para com a organização educacional na contemporaneidade? Todavia, Mairnades (2009) destaca que em alguns países da Europa, não utilizariam a ação e o termo que caracterizaria uma escola graduada, tendo em vista que o mesmo utilizaria em suas práticas à reprovação do aluno.

Nesses países da Europa, a ideia de que os alunos devem progredir sucessivamente já foi praticamente consolidada. Embora o termo “ciclos” não seja utilizado nesses países, algumas referências de idade são utilizadas para a formação dos agrupamentos MAIRNARDES (2009 p.12). Deste modo, consideramos a escola democrática sendo a centralidade de toda uma comunidade. Em virtude do seu objeto, a proposta da escola em ciclos está comprometida com a transformação do sistema educacional, levando a ação de se contrapor a lógica da escola graduada, assim como sua estrutura, organização e finalidades MAIRNARDES (2009).

A partir de tais apontamentos, reiteramos que uma escola que proponha a atender os interesses das classes populares, terá de assumir suas finalidades sociais referidas a um projeto de sociedade no qual as relações sociais existentes sejam modificadas LIBÂNEO (2001).

² O termo “ciclos” vem sendo utilizado no Brasil e em outros países para designar uma forma de organização da escolaridade que pretende superar o modelo da escola graduada, organizada em séries anuais e que classifica os estudantes durante o processo de escolarização.



Portanto, na mesma linha, o autor destaca que, “uma reorganização pedagógica que parta das condições concretas de vida das crianças e sua distinção social, tendo em vista um projeto de transformação da sociedade, e aí se insere a função da transmissão do saber escolar” (LIBÂNEO, 2001 p. 102).

Considerações finais

Consideramos que, a escola enquanto ambiente democrático é falha quando repassa, sem promover e desenvolver as atribuições que lhes foram dadas frente aos desafios do ensino, sobretudo a gestão que se diga democrática. Sendo assim, BALL (2011 p. 201) ao dizer que “as escolas não são uma peça só”, acreditamos que elas, as escolas, assim como o espaço geográfico não se compreendem a um só olhar fundamentado no conceito que o descreve, mas os conceitos que ressignificam a cada visão e pensamento, ela estar em constante movimento, assim são as escolas, uma rede de democratização do conhecimento e de ações que visam o desenvolvimento de todos que nela se encontram.

Referências bibliográficas

- BALL, Stephen J.; MAGUIRE, Meg; BRAUN, Annette. **How schools do policy: Policy enactments in secondary schools**. Routledge, 2011.
- GHIRALDELLI JR, Ghiraldelli Júnior. **Filosofia e história da educação brasileira**. Manole, 2003.
- GUIMARÃES, Claudivan Santos. A educação no Brasil após a redemocratização (1985-2002). **Revista Fundamentos**, v. 2, n. 1, 2015.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública**. Edições Loyola, 2001.
- MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil, 1808-1912**. Unesp, 1997.
- MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, v. 27, p. 47-69, 2006.
- ROSENFELD, Denis Lerrer. **O que é democracia**. Brasiliense, 2017.